



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CAROLINE FORTUNATO ANDRADE

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
COMO POLÍTICA EDUCACIONAL**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2017**

CAROLINE FORTUNATO ANDRADE

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
COMO POLÍTICA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2017

Caroline Fortunato Andrade

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
COMO POLÍTICA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em, 19 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Claudilene Silva
Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães
Prof. Ms. Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães
Fundação Joaquim Nabuco

Cristina Teodoro Trinidad
Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Aos meus pais e maiores incentivadores, Marcelo e Rose, por todo amor e
dedicação.
As minhas irmãs, Jéssica e Marcela, que são o porto seguro e eterno aconchego.

À minha madrinha Nazara e minha família, gratidão por me apoiarem e fazerem
possível o sonho de cursar o Ensino Superior.

Aos negros e negras que lutam todos os dias contra o racismo sofrido a todo
momento devido à desigualdade social.

Ao meu anjo no céu, que esteve comigo em todos os momentos, meu melhor
conselheiro e amigo, manteve presente em todos os meus momentos.

Ao meu amor infinito, à minha saudade diária, a ti dedico, PAI

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda força! Principalmente nos momentos de dificuldade e provações.

A todos os meus familiares: mãe, pai, irmãs, tias, tios, avó, primos que contribuíram direta e indiretamente para que um sonho que era nosso pudesse se concretizar.

Aos amigos e amigas que conquistei na faculdade e fizeram parte não só do processo acadêmico, mas também das dificuldades e realizações do dia a dia.

A minha orientadora, Claudilene Silva, por todo suporte, atenção e aprendizado. Por ter entendido e contribuído com o tema escolhido, abrindo também novos caminhos e apontando outras formas de pensar.

Aos amigos que compreenderam minha ausência durante este processo e ainda contribuíram com incentivos, palavras e ações que me deram mais determinação.

A todos que fazem a Unilab, que contribuíram não somente para minha formação acadêmica, mas também para um pensamento crítico e ampliado.

E a minha saudade diária, meu pai quem me fortalece mesmo onipresente, permanecendo para sempre em minha mente e em meu coração em todos os momentos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	10
2.1	OBJETIVO GERAL	10
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3	JUSTIFICATIVA	10
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
6	CRONOGRAMA	18
7	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (BRASIL, 2004 p.12)

A ideia desse projeto de pesquisa iniciou-se ao ingressar no ensino superior, onde alguns questionamentos foram levantados e fui percebendo o quanto a história afro-brasileira e africana é rica e fez/faz parte da construção do Brasil. Entretanto, não se é mostrado esse lado da história na educação fundamental, embora a legislação oriente a necessidade de incluir essa abordagem: em minha trajetória escolar tive acesso apenas ao lado eurocêntrico da história e da construção do país. Aos poucos fui percebendo que essa perspectiva quer esconder e até mesmo apagar a pluralidade da população que constitui o povo brasileiro e mante-lo subalterno a cultura eurocêntrica.

Vale destacar que algumas escolas vem tentando desconstruir essas questões. Em minha escola de ensino médio, aprendi que a história não foi construída apenas pelos brancos e europeus, fazendo com que começasse a ser formado um pensamento crítico em relação ao que se era aprendido, iniciando uma desconstrução. É complicado para um estudante aprender durante toda a fase de ensino fundamental uma realidade que mostra apenas uma parte da história, que muitas vezes é equivocada. Muitos destes nem terão o acesso a informação sobre a história afro-brasileira, os que tiverem será por meio da universidade ou por vontade própria. Por isso é tão importante que desde os anos iniciais seja ensinado a pluralidade que é composta a história e cultura brasileira.

Mesmo séculos após a abolição da escravatura ainda existe a distinção racial no Brasil. O racismo estrutura nossas relações sociais, pessoais, políticas, etc. Entretanto, o país não se assume racista, embora seja organizado a partir de estruturas e instituições racistas. Possuímos uma população negra majoritária totalizando 54%, que é oprimida por um sistema eurocêntrico que dita as regras e governa, embora sempre tenha encontrado a resistência dos Movimentos Negros que estão lutando por espaço e respeito.

Um momento importante dessa luta foi a Marcha Zumbi dos Palmares, que ocorreu em 1995, em Brasília, onde ativistas negros e antirracistas foram para rua com o lema “300 anos de Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania

e a vida”, a partir desta mobilização começou-se a chamar a atenção dos meios políticos e da população para uma questão de extrema importância que era ignorada.

De acordo com Silva e Guimarães (2015) ao final da mobilização o presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso, recebeu ativistas negros e reconheceu solenemente que existia sim o racismo referente a negros e indígenas, que o Estado tinha que adotar medidas para a promoção de igualdade racial. Na educação, a importância dos resultados da Marcha se reflete na modificação da Lei de Diretrizes e Base, Lei 9.394/96, alterada pela lei 10.639/2003 para incluir o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas no currículo do ensino básico. Uma conquista histórica do Movimento Negro Brasileiro (SILVA E GUIMARÃES, 2015).

Todavia, ainda há muito que ser feito. Infelizmente admitir que o racismo está impregnado na sociedade e nas políticas públicas, não significa aderir ao processo de sua desconstrução. O professor Kabenguele Munanga, entrevistado por Gonçalves (2013) diz que: “existem pessoas que acham que essa lei provoca problemas por acreditarem que não somos racistas”(GONÇALVES, 2013 p.05). Por isso enfrentamos dificuldades para a implementação de políticas públicas que focalizam as populações negras e indígenas.

Nesse processo um passo importante foi a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada em Durban, na declaração dessa conferência consta que:

Reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os Africanos e afrodescendentes, os povos de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas de suas conseqüências. Reconhecemos o sofrimento causado pelo colonialismo e afirmamos que, onde e quando quer que tenham ocorrido, devem ser condenados e sua recorrência prevenida. Ainda lamentamos que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas estejam entre os fatores que contribuem para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas em muitas partes do mundo ainda hoje (Declaração Durban, 2001, p.12).

Esta Declaração foi assinada por todos os países presentes a conferência, inclusive o Brasil. A participação, engajamento e luta, principalmente do Movimento Negro foi importante para que esse passo tenha sido dado, buscando evidenciar a valorização da diversidade do povo brasileiro.

Silva e Guimarães (2015), discutindo o surgimento da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, como fruto das contribuições do Movimento Negro por uma educação antirracista, destacam os resultados do Seminário Negro e Educação, realizado em 1988, afirmando que:

As proposições construídas apontam para a necessidade de introduzir o estudo da História da África nos currículos escolares; discutir o papel da professora e do professor na descolonização do ensino e considerar a aprendizagem pela prática cultural como elemento importante para o sucesso do processo de ensino/aprendizagem da população negra (SILVA E GUIMARÃES, p.06 2015).

Entretanto não basta apenas o engajamento do Movimento Negro para que as políticas públicas educacionais funcionem. O Estado brasileiro, as secretaria de educação e escolas devem também fazer a sua parte para que a lei seja cumprida. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana onde está explícito como pode ser feita a implementação nas escolas, ou seja, se a lei não está sendo cumprida é por falta de comprometimento ou algo que está impedindo que se efetive, como por exemplo a má formação dos professores, onde muitos são formados com um ensino colonial eurocêntrico e transmitem o mesmo a seus alunos.

Consideramos que infelizmente não se é dada a devida importância a riqueza cultural do país, muito pelo contrário, aqueles que também foram responsáveis pela construção do Brasil, os negros e indígenas, veem sua cultura e história sendo escondidas ou negadas pelo pensamento dominante.

Ainda de acordo com o Munanga (GONÇALVES, 2013), o Brasil não se considera um país racista e é por isso que a Lei 10.639/03 não funciona totalmente. Antes de qualquer coisa precisa-se reconhecer que mesmo tendo uma população em sua maioria negra, a discriminação racial e o preconceito ainda estão muito presentes em nosso cotidiano, e o racismo orienta as práticas sociais brasileiras.

Desse modo, na presente investigação gostaríamos de aprofundar a seguinte questão: Quais as dificuldades em tratar o ensino de história e cultura afro-brasileira como política educacional? Nesse sentido, o projeto de pesquisa vem com o intuito de questionar o não cumprimento da política educacional, uma vez que

na maioria dos casos, o currículo eurocêntrico predomina como política curricular. Compreendemos que ao desconsiderar as muitas culturas existentes, a instituição escolar contribui para que o povo brasileiro desconheça as suas origens, que também são indígenas e africanas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a implementação da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, como política educacional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar as orientações para o trato da temática étnico-racial na LDB e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira;
2. Identificar como a temática aparece nos projetos pedagógicos das escolas de Valença/BA;
3. Discutir as dificuldades enfrentadas por professores para implementarem a política educacional.

3 JUSTIFICATIVA

Embora existam leis e diretrizes a serem seguidas a educação brasileira perpetua o eurocentrismo. Como já afirmamos nesse projeto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientam passo a passo o que necessita ser feito para implementação da lei. Todavia, é notório que são apenas algumas escolas que concretizam essa implementação.

A nº Lei 10.639/03 e suas diretrizes não foram elaboradas nem devem ser implementadas apenas com o intuito de inserir o conteúdo de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas, mas como um instrumento para acabar com a

discriminação racial, com a idéia de desconstruir um país que não dá o devido valor ao povo negro e indígena promovendo muitas das vezes a exclusão social dessas populações. Quanto a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (p.17) afirma que:

É preciso ter clareza o Art.26ª acrescido à Lei 9.634/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repense relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetos táticos, e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Sales Augusto (2005), Luciane Gonçalves (2013), Claudilene Silva(2014), indicam entre as dificuldades para a implementação da Lei a formação dos professores e professoras, que tem sido monocultural e eurocêntrica. Assim, os profissionais necessitam de formação específica para ministrar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino. Serão eles a terem contato direto com os alunos. Destacamos que muitas vezes esses profissionais presenciam situações de preconceito e racismo e necessitam saber como lidar com isso, mediante uma sociedade que convive essas questões todos os dias. Contudo é de extrema importância que os professores estejam aptos a dar aulas de acordo com Lei e para além disso saber lidar com as situações de discriminação racial que ocorrem.

Outra dificuldade enfrentada, são os materiais didáticos disponíveis. Estes continuam a reproduzir o modelo eurocentrista de educação, não valorizam a história e cultura nacional, não introduzem datas importante para a sociedade brasileira como o Dia da Consciência Negra e por outro lado mistificam datas como o Dia do Índio, Tiradentes, Proclamação da República. Um realidade que precisa ser mudada para que se possa fazer um trabalho de qualidade, aprendizagem e conscientização nas escolas.

Diante do exposto, consideramos que é importante pensar o ensino de história e cultura afro-brasileira como política pública de educação, já que se pôde observar que a discussão vai além de introduzir disciplinas. A escola tem um papel essencial de transmitir o conhecimento ao aluno que vai para além disso passar conteúdos que os torne cidadãos sem preconceito, que não pratiquem o racismo e não discrimine o outro por causa da sua cor. E tudo isso é possível estudando a

história, a ciência, vendo que a ideia de raça foi inventada apenas para a inferiorização do negro. Deve-se parar de olhar o racismo com ato individual e notar que é algo impregnado na estrutura da sociedade e essa desconstrução e descolonização do pensamento serão possíveis através da aplicação de políticas públicas educacionais comprometidas com a desconstrução do racismo.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O debate sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira começa quando os movimentos sociais e os intelectuais negros passam a inclui-las em suas reivindicações. Segundo Santos (2005), os Movimentos negros através de suas lutas conseguiram fazer articulações para que o ensino da história e da cultura dos afro-brasileiros se torna-se lei. Nilma Gomes (2005 p,35) reforça a importância da militância negra enfatizando que “redefinem e redimensionam a questão social na sociedade brasileira dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas”.

Desse modo pode-se observar como o ensino de história e cultura afro-brasileira passa a ser política, tendo em vista, que a educação é um instrumento crítico que mobiliza os estudantes a serem pensantes, contestarem seus direitos, se apropriarem de sua história e cultura. De forma geral percebe-se que os governos fazem artimanhas para que o povo acredite que governam para o progresso do país. Entretanto, pode-se perceber que trata-se apenas de manobras, um exemplo claro disso é o que ocorre na lei citada a cima, onde é sancionada mas na prática os resultados são mínimos. Ou seja, colocaram a responsabilidade nos professores, mas como irão ensinar a História e Cultura Afro-Brasileira sem conhecimento específicos. Neste aspecto é possível evidenciar que: “vai depender da vontade e dos esforços destes [professores] para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira seja ministrado em sala de aula”(Santos,2005 p.30).

Embora a Lei 10.639/2003 seja bem generica, como aponta Sales Augusto (2005), a Resolução CNE/CP1/2004, onde se define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aponta os princípios e orienta como deve ser sua implementação:

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário (BRASIL, 2004 p. 26).

Ou seja, as normativas, que são os documentos que orientam a implementação da lei, tem um papel muito importante demonstrando através das Diretrizes o caminho a ser seguido para o cumprimento e para a implementação da LDB, modificada pela Lei nº 10.639/2003.

Tendo os professores como o elo que liga o conhecimento aos alunos e para que este seja transmitido/constituído é preciso a especialização no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana . O Ministério da Educação - MEC como o órgão que dá o suporte aos sistemas de ensino possibilitou alguns editais, para viabilizar a implementação da política (SILVA, 2014). Entretanto não é um processo fácil. Os professores e professoras ainda enfrentam várias dificuldades: “a formação de professores e professoras ganha centralidade no debate, aparecendo em duas perspectivas, ora como maior obstáculo a ser enfrentado, ora como uma estratégia relevante para garantir o sucesso do processo de implementação da legislação (SILVA, 2014).

Nesse sentido, como aponta Nilma Gomes (2005, p. 60):

A escola tem um papel importante a cumprir nesses debates. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais..... Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o negro, ou seja, é preciso superar e romper o mito da democracia racial.

Todavia, o processo de descolonização terá êxito se a formação dos professores ainda segue uma lógica colonial e eurocêntrica? Como irão levar para a sala de aula o conhecimento histórico-cultural afro-brasileiro sem ter estudado sobre essa questão? Tendo ainda algumas pessoas achando que a Lei 10.639/03 trouxe problemas por acreditarem que os brasileiros não são racistas. Como disse Munanga “Acredito que o maior avanço é a confissão”(GONÇALVES, 2013 p.05).

Contudo, é importante lembrar que mesmo com tantos desafios há professores e escolas que estão semeando mudanças, construindo a passos curtos,

porém significativos, trabalhando com essas crianças e jovens, fazendo uma ação não apenas de ensinar, mas também de empoderá-los preparando-os para uma sociedade que ainda é racista. “Por isso é preciso falar sobre a questão racial, desmitificar o racismo, superar a discriminação racial”(GOMES, 2005) e trazer trabalhos de educadores empenhados em mudar essa realidade complexa e delicada.

O trabalho pedagógico com a temática do ensino de história e cultura afro-brasileira certamente contribuirá para a construção e reconstrução identitária da população negra:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiras(os). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão?(GOMES, 2005 p.39)

Assim, compreendemos que tratar de história e cultura afro-brasileira no Brasil, não é apenas incluir novos conteúdos, trata-se de uma política educacional, porque como indica as Diretrizes Nacionais (2004), o debate pode operar modificações nas relações sociais, raciais e pedagógicas.

De acordo com Azevedo (1997) “uma política pública para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada”(p.61). A política educacional é um desses setores, por meio do qual que a partir da década de 70 os Movimentos Negros começaram a evidenciar o lugar ao negro, dando continuidade ao processo de luta com uma problematização que surgiu através do que passavam do seu dia a dia. E a educação foi e está sendo uma forma de introduzir a história e cultura dos povos brasileiros, porque mesmo tendo um país rico em culturas negras, brancas e indígena, desde a colonização o povo vive um processo de opressão, que inferioriza a cultura negra. Assim, após a abolição investiu-se nas políticas de embranquecimento da população.

A política educacional é constituída por uma série de medidas que são planejadas, construídas e que devem ser postas em prática pelo governo. Como citado anteriormente essas ações começaram após as lutas dos Movimentos Negros e a partir deste momento medidas iniciaram e são de tamanha importância para uma sociedade que sofre com o racismo e discriminação.

A professora Elizama Messias (2010), ao estudar essa questão no Recife, retrata que “isto ocorre por que a educação é tida como um dos meios pelo qual obtemos a superação das desigualdades entre brancos e negros.” Messias (2010) trás em seu livro uma definição sobre políticas públicas citando Souza (2005) que se encaixa perfeitamente na discussão sobre políticas públicas educacionais: “em última instância as política públicas objetivam gerar mudanças em uma dada realidade”(MESSIAS, 2010 p.78). Sendo assim as políticas públicas são uma serie de medidas elaboradas/construídas com ações que guiarão o Estado em questões educacionais, sociais, econôminas.

A autora Nilma Gomes diz que é preciso que aja um reeducação porque não dizer uma descolonização. Onde precisa ser introduzido políticas educacionais para:

Dessa forma,se quisermos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história dos negros, índios,brancos e amarelos brasileiros (GOMES, 2005 p.45).

Mesmo diante dos métodos para que políticas educacionais sejam introduzidas na sociedade há dificuldades mediante essa questão, enquanto a sociedade não se considerar racista e perceber a importância da criação de ferramentas para que o Brasil deixe de utilizar referencias apenas eurocêntricas, de nada adiantará o esforço que o Movimento Negro fez para que as leis e diretrizes fossem criadas.

Educadores foram formados em uma visão monocultural, baseada na perspectiva ocidental, que nós chamamos de visão eurocêntrica. Além disso, esses educadores viveram suas relações cotidianas dentro de um universo racista brasileiro, introjetando a ideia limitante de democracia racial e naturalizando a invisibilidade do outro (GONÇALVES, 2013 p.04).

Diante deste processo complexo e complicado não pode-se dizer que não houve nenhum avanço, há escolas, que sim, cumprem e executam as ferramentas criadas para que seja uma sociedade não só de eurocentrismo ou no de africanismo, mas sim uma sociedade do povo brasileiro que é negro, branco, índio e

amarelo. Pois então, esse processo iniciado ainda vai perdurar algum tempo mais antes de se consolidar. Como afirma Munanga (GONÇALVES, 2013 p.06) “mesmo vencendo atuais obstáculos, aparecerão outros novos de acordo com a dinâmica da sociedade. E neste sentido, a luta tem que continuar.”

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizará como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a observação de campo. Trabalhando com o livro Métodos e Técnicas de Pesquisa Social de Antônio Carlos Gil (2008), como ferramenta para a construção e desenvolvimento do presente projeto.

De acordo com o autor, a pesquisa bibliográfica é: “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”(GIL,p.50). Assim, livros, artigos, revistas, entre outros meios serão ferramentas para pesquisa realizada onde a: “principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”(p.50).

Também utilizaremos a análise documental: a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.(GIL, p.51). Analisaremos os Projeto Pedagógico Curriculares das escolas (PPC), para verificar o tratamento dado a temática nos documentos institucionais.

Como estratégia complementar será utilizada a observação que: “constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.”(GIL,p.100). Com o propósito de coletas de informação sobre como age o as escolas e instituições de ensino perante as políticas educacionais.

A pesquisa de campo ocorrerá na cidade de Valença-BA e a seleção da escola que participará da pesquisa será realizada posteriormente. Nosso olhar estará voltado para o ensino médio para analisar a política curricular referente a presença de história e cultura afro-brasileira e africana.

Num primeiro momento será feita uma conversa na secretaria de educação da cidade verificando como está acontecendo este processo. Por meio de visitas em escolas distintas para ver as atividades que estão realizando e se mudaram o currículo.

A escolha da cidade foi devido a realização de toda minha formação do Ensino Básico ter acontecido nessa cidade. Conhecendo a realidade local, fiquei instigada a contribuir com iniciativas construtivas e é com essa vontade que será realiza a pesquisa em Valença-BA.

Valença fica situada na Região Nordeste da Bahia, no litoral, tendo cerca de 98 749 habitantes com area equivalente a 1 124,657 km². Além da parte histórica, há também belissimas praias.

Figura 1 - Imagem da cidade de Valença-BA



Fonte: [https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https://upload.wiki-media.org/wikipedia/commons/thumb/1/1a/Cameravalenca.jpg/300pxCameravalenca.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/Valen%25C3%25A7a_\(Bahia\)&h=225&w=300&tbnid=fatef_XbBP_T8M:&tbnh=160&tbnw=213&usg=__TF1Qao4RS_KyCiF9dSvTC0TJrBI%3D&vet=10ahUKEwjw5Z3enPnXAhXDIJAKHfi-BuMQ_B0lhQEwDg..i&docid=rdQwE3mMfG6ZJM&itg=1&sa=X&ved=0ahUKEwjw5Z3enPnXAhXDIJAKHfi-BuMQ_B0lhQEwDg](https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https://upload.wiki-media.org/wikipedia/commons/thumb/1/1a/Cameravalenca.jpg/300pxCameravalenca.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/Valen%25C3%25A7a_(Bahia)&h=225&w=300&tbnid=fatef_XbBP_T8M:&tbnh=160&tbnw=213&usg=__TF1Qao4RS_KyCiF9dSvTC0TJrBI%3D&vet=10ahUKEwjw5Z3enPnXAhXDIJAKHfi-BuMQ_B0lhQEwDg..i&docid=rdQwE3mMfG6ZJM&itg=1&sa=X&ved=0ahUKEwjw5Z3enPnXAhXDIJAKHfi-BuMQ_B0lhQEwDg)

Com uma educação pública insatisfatória e escolas públicas e particulares que utilizam apenas as referências eurocêtricas, a presente pesquisa vem com o interesse de analisar o tratamento da política educacional, no que se refere a história e cultura afro-brasileira.

6 CRONOGRAMA

O cronograma foi elaborado tendo em vista que são dedicados dois semestres para a realização do trabalho de conclusão de curso, no segundo ciclo de formação da unilab. Sendo assim foi-se feito um cronograma de pesquisa, análise e escrita pensando em um ano letivo.

I SEMESTRE

PERÍODO (mês)	1º	2º	3º	4º	5º
Estudo bibliográfico	X	X	X		
Visita a Secretaria de Educação da cidade	X				
Seleção das escolas que participarão da pesquisa		X			
Estudos dos PP das escolas				X	
Observação nas escolas selecionadas					X

II SEMESTRE

PERÍODO (mês)	1º	2º	3º	4º	5º
Realização de Entrevistas	X				
Organização dos dados	X				
Estruturação e elaboração dos capítulos		X	X		
Preparação para defesa				X	
Defesa do trabalho					X

7 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico é responsável não somente pelos textos utilizados como base no projeto de pesquisa, mas também na orientação para o desenvolvimento do projeto. Possibilitando o conhecimento mais aprofundado na área de estudo e abrindo caminhos para novas discussões e questionamentos a fim de contribuir de maneira positiva com as indagações referentes

Consideramos que para tratar sobre a forma como é vista e como são executadas as políticas educacionais de afirmação da população negra necessitamos aprofundar os conhecimentos sobre o processo histórico da população negra e sobre a construção das políticas afirmativas no Brasil. Assim, apresentamos como base os estudos a seguir:

FERREIRA; TRINIDAD; SILVA(2017).Curso:Políticas Públicas e Projetos de Intervenção Social.Ministério da Educação- UNILAB.Trimestre da Integração Acadêmico-Cultural.

MESSIAS, Elizama(2010).**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**:Ações na cidade do Recife, trajetórias e contradições na luta pelo reconhecimento da população negra.Recife:Editora Universitária UFPE.

SILVA, Claudilene.(2014).Olhares contemporâneos sobre história e cultura afro-brasileira como Política Curricular da formação docente.**Revista OLHARES SOCIAIS**, PPGCS / UFRB, Vol. 03. Nº. 01

Para olhar para educação, especificamente, as diretrizes e do plano de implementação são indispensáveis, tendo em vista que serão responsáveis também em guiar a trajetória da execução do projeto de pesquisa, bem como a verificação da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos:

BRASIL(2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília.

_____Plano Nacional de Implantação da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

BORGES, Elisabeth(2010).A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Lucia(2009). **Educação Intercultural na América Latina:entre concepções,tensões e propostas**: Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial:

in-surgir, re-existir e re-viver.

BRASIL(2004).Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.Brasília.

_____ (2012)PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA. Brasília.

GOMES,Nilma(2005).**Educação anti-racista:caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**:Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:uma breve discussão.Brasília:MEC/BID/UNESCO.

GONÇALVES, Luciane(2013). POLÍTICAS CURRICULARES E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: A LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (ENTREVISTA: KABENGUELE MUNANGA). **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1 – jan./jul.

JAROSKEVICZ,Elvira Maria(2007). RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS, HISTÓRIA, CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DA LEGALIDADE À REALIDADE. Universidade Estadual de Maringá;

MESSIAS,Elizama(2010).**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**:Ações na cidade do Recife, trajetórias e contradições na luta pelo reconhecimento da população negra.Recife:Editora Universitária UFPE.

ONU. Conferência Mundial contra o Racismo,Discriminação Racial,Xenofobia e Intolerancia Correlatada: Declaração e Programa de Ação. Durban, 8 de setembro de 2001.

OLIVEIRA,Luiz;CANDAU,Vera Lucia(2010).PEDAGOGIA DECOLONIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERCULTURAL NO BRASIL.**Educação em Revista**,Belo Horizonte, v.26 ,n.01 , p.15-40 , abr.

SANTOS,Sales Augusto(2003). **Educação anti-racista:caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**:A Lei nº10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Brasília: MEC/BID/UNESCO.

SILVA,Claudilene.(2014).Olhares contemporâneos sobre história e cultura afro-brasileira como Política Curricular da formação docente.**Revista OLHARES SOCIAIS**, PPGCS / UFRB, Vol. 03. Nº. 01

SILVA, Claudilene; GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna.(2015) Políticas públicas e relações étnico-raciais no Brasil: a luta da população negra por reconhecimento e educação. **Anais do Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia** (ALAS), GT-32 Educación básica y políticas anti-exclusión, San Jose, Costa Rica.